



**DIREITO, LOUCURA E LITERATURA: O MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL E OS  
DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS À LUZ DA LEI N. 10.216/2001 E DA  
RESOLUÇÃO N. 487/2023 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**LAW, MADNESS AND LITERATURE: THE ANTIASYLUM MOVEMENT AND THE  
LEGAL DEVELOPMENTS IN THE LIGHT OF LAW 10.216/2001 AND  
RESOLUTION N. 487/2023 OF THE NATIONAL COUNCIL OF JUSTICE**

Caroline Gonçalves de Lima<sup>1</sup>  
Paulo Silas Taporosky Filho<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente artigo trata sobre como a literatura e o direito podem compreender o mundo loucura e os reflexos jurídicos existentes. Para isto, serão analisados a Lei 10.216/2001 e a Resolução do CNJ n. 487/2023, além das obras "O Alienista" de Machado de Assis e "Holocausto Brasileiro" de Daniela Arbex e a visão crítica de Foucault no tema loucura, poder, rotulação e marginalização pelas instituições jurídicas e psiquiátricas. O objetivo do estudo é os direitos das pessoas com transtornos mentais, abordando a inimizabilidade penal, isto é, a incapacidade de indivíduos com doenças mentais de compreenderem suas ações, que apesar dos avanços da Reforma Psiquiátrica, persiste uma estagnação no tratamento e compreensão dos indivíduos com transtornos mentais envolvidos em delitos. A estigmatização e marginalização continuam indicando a necessidade de uma reflexão interdisciplinar aprofundada. Desse modo, através da pesquisa em doutrina, artigos e revistas, este artigo tem por finalidade contribuir no campo de estudo entre Direito Penal e saúde mental para trazer novas perspectivas quando se fala do agente inimputável, caracterizando uma pesquisa exploratória, de revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** alienação; inimputabilidade; insanidade; manicômio; saúde mental.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Contestado (UNC). Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: caroline.lima@aluno.unc.br

<sup>2</sup>Mestre em Direito; Especialista em Ciências Penais; Especialista em Direito Processual Penal; Especialista em Filosofia; Especialista em Teoria Psicanalítica; Bacharelado em Letras (Português); Professor de Processo Penal e Direito Penal; Advogado; Santa Catarina. Brasil. E-mail: paulosilasfilho@hotmail.com.

## ABSTRACT

This article deals with how literature and law can understand the world of madness and the existing legal reflexes. For this, Law 10.216/2001 and CNJ Resolution n. 487/2023 will be analyzed, in addition to the works "The Alienist" by Machado de Assis and "Brazilian Holocaust" by Daniela Arbex and Foucault's critical view on the subject of madness, power, labeling and marginalization by legal and psychiatric institutions. The objective of the study is the rights of people with mental disorders, addressing the criminal imputability, that is, the inability of individuals with mental illnesses to understand their actions, which despite the advances of the Psychiatric Reform, there is a stagnation in the treatment and understanding of individuals with mental disorders involved in crimes. Stigmatization and marginalization continue to indicate the need for in-depth interdisciplinary reflection. Thus, through research in doctrine, articles and journals, this article aims to contribute in the field of study between Criminal Law and mental health to bring new perspectives when talking about the unaccountable agent, characterizing an exploratory research, of bibliographic review.

**Keywords:** alienation; imputability; insanity; asylum; mental health.

**Artigo recebido em:** 26/08/2024

**Artigo aceito em:** 02/10/2024

**Artigo publicado em:** 13/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.5590>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da loucura e o campo do direito constituem extensa margem para investigações acadêmicas. Diante disso, busca-se explorar o estudo multidisciplinar, entrelaçando diretrizes legais, como a Lei n. 10.216/2001 e a Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n. 487/2023 com a literatura representada pela obra "O Alienista" de Machado de Assis, além do livro-reportagem "Holocausto Brasileiro" de Daniela Arbex.

Essa análise conjunta, enriquecida pelo pensamento crítico de Foucault sobre a loucura, o poder e as instituições sociais, contribui para uma discussão sobre a rotulação da loucura e demais repercussões que disso decorrem. Assim, a proposta é a de realizar uma análise sobre como a loucura tem sido conceituada, tratada e marginalizada pelas instituições jurídicas e psiquiátricas ao longo do tempo, tendo-se como marco a análise foucaultiana.

O ordenamento jurídico, especificamente a Lei Antimanicomial e a Resolução do CNJ, representam marcos na evolução dos direitos dos indivíduos com transtornos

mentais, bem como o impacto da inimputabilidade penal, conceito atrelado à doença mental, e como o processo penal lida com a sanidade mental dos agentes por meio de perícias processuais que antecedem decisões judiciais.

Assim, diante desse panorama, destacam-se os agentes considerados inimputáveis, indivíduos que pela ótica jurídica não possuem a capacidade de compreender suas ações, o que os impede de serem responsabilizados por seus atos da mesma forma que aqueles considerados imputáveis.

A partir disso, a reflexão proposta, que pauta a pesquisa enquanto seu problema, se dá no sentido de buscar identificar como pode a literatura ampliar nossa compreensão sobre aquilo que se entende por loucura e seus reflexos no âmbito jurídico, estabelecendo-se pela seguinte pergunta: como a literatura, especificamente a Obra “O Alienista”, de Machado de Assis, pode promover uma compreensão do tema da loucura ao relacionar o impacto da aplicação da Lei Antimanicomial com casos de atos cometidos por agentes considerados inimputáveis?

Apesar dos avanços do movimento da Reforma Psiquiátrica, observa-se uma notável estagnação na maneira como indivíduos com transtorno mental envolvidos em delitos são tratados e compreendidos. A estigmatização e a marginalização ainda permeia este universo, havendo certa necessidade de reflexão aprofundada e interdisciplinar sobre o tema. Talvez a partir da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 487/2023 se tenha um norte mais bem definido sobre como tratar o tema.

A finalidade deste estudo desdobra o impacto da inimputabilidade penal, sendo um critério jurídico ligado à doença mental, incluindo a análise do processo penal que determina a inimputabilidade de um agente e a importância da perícia processual que precede uma decisão sobre a sanidade mental.

A metodologia adotada segue abordagem bibliográfica, além da pesquisa de natureza exploratória, visando a intersecção do direito e o referencial literário para compreender o fenômeno do agente inimputável naquilo que costuma ser compreendido como loucura.

## **2 DEFININDO A LOUCURA E INIMPUTABILIDADE PENAL**

Os conceitos utilizados para embasar este estudo visam estabelecer a definição abrangente sobre o termo “loucura” e “inimputabilidade penal”,

complementando com o movimento Direito e Literatura que contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva que transcende o campo do Direito. Sobre a aproximação entre as disciplinas referidas, tem-se que:

a relação entre Direito e Literatura se instaura no percurso metodológico e da pesquisa acadêmico-científica como possibilidade de abertura a novos horizontes, que permitam reflexão crítica acerca de fenômenos sociais e jurídicos que se interpenetram. Esta proximidade é estimulada pela verificação de que tanto o Direito quanto a Literatura são comunicações que se efetivam por meio da linguagem. Enquanto discursos, instauram prerrogativas (no Direito) e possibilidades (na Literatura) que coadunam com a realidade social. Posto isso, os fenômenos jurídicos compreendidos de modo transdisciplinar serão vivenciados em outras temporalidades, outros contextos próprios do texto literário que suscitarão, dentre outras importâncias, o sentimento de humanidade (SANTOS, 2012, p. 27–34)

Busca-se assim elucidar as nuances que caracterizam estes termos no âmbito jurídico, sendo fundamentais para a compreensão e a eficiência das leis e normas que regem o ordenamento do direito, além de criar uma base sólida, bem como a análise e aplicação deste estudo, permitindo que sejam feitas determinadas inferências proveitosas.

Ademais, ao atribuir e definir um conceito, tem-se como finalidade a identificação de suas propriedades que o diferenciam de outros fenômenos. Dessa maneira, o conceito não apenas define o objeto, mas estabelece conexões entre diferentes elementos, contribuindo para o entendimento aprofundado do tema.

## 2.1 LOUCURA A PARTIR DO PENSAMENTO CRÍTICO DE FOUCAULT

A realidade do conceito loucura abrange diferentes aspectos, carregando ainda concepções ancoradas pela moralidade e pela ordem, muitas vezes com um olhar de violência, alienismo e indiferença.

Na própria literatura ficcional é possível encontrar uma descrição do termo que se apresenta como um conceito possível, como se vê a partir da fala de um personagem machadiano: “A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente” (ASSIS, 2019, p. 22).

Na perspectiva de uma genealogia histórica, Foucault (2019, p. 18) pontuou que “a loucura e o louco tornam-se personagens maiores em sua ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens”, dando-se assim uma visão mais holística acerca da definição do louco ao longo da história.

Nas palavras do autor:

Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de um outro mundo. Agora, ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de "polícia", referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, num novo equívoco, a medida de saneamento que o põe fora do caminho. De fato, ele continua a vagar, porém não mais no caminho de uma estranha peregrinação: ele perturba a ordem do espaço social (FOUCAULT, 2019, p. 72)

A loucura é vista como uma anormalidade, de modo que o louco é visto como aquele que sofre com algum transtorno psíquico. O termo loucura é uma palavra carregada de significados, estando associada a um estado de mente que se desvia do que é normal.

Ao aprofundar o estudo da loucura, percebe-se que ao longo dos séculos este conceito evoluiu consideravelmente, de modo que:

afirmou-se até demais que o louco era considerado até o advento de uma medicina positiva como um ‘possuído’. E todas as histórias da psiquiatria até então quiseram mostrar no louco da Idade Média e do Renascimento um doente ignorado, preso no interior da rede rigorosa de significações religiosas e mágicas. Assim, teria sido necessário esperar a objetividade de um olhar médico sereno e finalmente científico para descobrir a deterioração da natureza lá onde se decifravam apenas perversões sobrenaturais. Interpretação que repousa num erro de fato: que os loucos eram considerados possuídos; num preconceito inexato: que as pessoas definidas como possuídas eram doentes mentais; finalmente, num erro de raciocínio: deduz-se que se os possuídos eram na verdade loucos, os loucos eram tratados realmente como possuídos. De fato, o complexo problema da possessão não releva diretamente de uma história da loucura, mas de uma história das ideias religiosas (FOUCAULT, 1975, p. 52).

Com isso, a loucura passou a ser reconhecida como doença mental, ou seja, “a doença seria alteração intrínseca da personalidade, desorganização interna de suas estruturas, desvio progressivo de seu desenvolvimento: só teria realidade e

sentido no interior de uma personalidade estruturada” (Foucault, 1975, p. 9). Tentou-se, dessa maneira, definir a doença considerada como patologia mental perante as perturbações da personalidade.

Ao definir a loucura como doença mental, as instituições psiquiátricas passaram a se fazer socialmente cada vez mais presentes a partir do século XIX, de modo que desempenharam um papel crucial na definição e categorização dos distúrbios psíquicos, estabelecendo padrões normativos de comportamento, justificando ainda que o internamento nestes locais passava a ser a estrutura ideal para o tratamento daqueles acometidos pela loucura. As instituições exerceram um determinado controle para manter a ordem social ao isolar e silenciar aqueles considerados socialmente perturbadores.

As instituições não trataram da loucura de modo em que os indivíduos acometidos por moléstia mental fossem reinseridos socialmente, mas desempenharam um papel no sentido de marginalização (corretivamente falando na perspectiva foucaultiana) daqueles que desafiavam o poder estatal.

Criam-se (e isto em toda a Europa) estabelecimentos para internação que não são simplesmente destinados a receber os loucos, mas toda uma série de indivíduos bastante diferentes uns dos outros, pelo menos segundo nossos critérios de percepção: encerram-se os inválidos pobres, os velhos na miséria, os mendigos, os desempregados opiniáticos, os portadores de doenças venéreas, libertinos de toda espécie, pessoas a quem a família ou o poder real querem evitar um castigo público, pais de família dissipadores, eclesiásticos em infração, em resumo todos aqueles que, em relação a ordem da razão, da moral e da sociedade, dão mostras de ‘alteração’ (FOUCAULT, 1975, p. 54).

Ao analisar mais detidamente a complexidade do fenômeno da loucura, destaca-se que não se tem apenas a crônica de doenças e diagnósticos. É mais que um simples desvio psicológico, é um fenômeno enraizado e espelhado na trama da cultura, da política e suas transformações sociais. A loucura, em sua essência, desafia as noções existentes de “normalidade” e oferece o contraponto crítico ao discutir sobre o poder que busca silenciar vozes que se desviam de um determinado padrão instituído pela sociedade.

Neste sentido Foucault (2019, p. 541) explica que:

A loucura é convocada para observar a si mesma, mas nos outros: surge neles como pretensão infundada, isto é, como loucura irrisória; entretanto,

nesse olhar que condena os outros, o louco assegura sua própria justificativa e a certeza de adequar-se a seu delírio. A brecha entre presunção e realidade só se deixa reconhecer no objeto. Pelo contrário, no sujeito ela é inteiramente mascarada, e o sujeito se transforma em verdade imediata e juiz absoluto: a soberania exaltada que denuncia a falsa soberania dos outros despoja-os dela, confirmando-se com isso na plenitude sem falhas de sua presunção. A loucura, como simples delírio, é projetada sobre os outros.

A narrativa da loucura, simbolizada também pelos manicômios, reflete em um mecanismo de controle social, onde o “louco” é segregado, controlado, submetido a tratamentos desumanos sob a justificativa de proteção, sendo simultaneamente observador e objeto de observação, ou seja, torna-se reflexo da forma como a sociedade lida com a figura do anormal, projetando inseguranças e negações de suas personalidades, além do “louco” ser vítima quanto o reflexo dos conflitos da normatividade social. Esta abordagem evidencia um campo de batalha de realidades e questiona as percepções de sanidade, saúde mental e da humanidade.

O manicômio é a tradução mais completa dessa exclusão, controle e violência. Seus muros escondem a violência (física e simbólica) através de uma roupagem protetora que desculpabiliza a sociedade e descontextualiza os processos sócio-históricos da produção e reprodução da loucura. (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p. 402).

Nesse contexto, as instituições manicomiais acolhem estes indivíduos rotulados como loucos, considerando-os como incapazes de se integrar na sociedade, sustentando-se nas concepções discutidas acerca da loucura. A segregação existente nas instituições manicomiais afasta a autonomia, a dignidade humana e a liberdade daquele considerado louco, empurrando-os para as margens da sociedade onde sua existência é marcada pela marginalização.

A luta contra essa realidade se fortaleceu com a reforma psiquiátrica, um movimento que propôs uma nova forma de olhar a saúde mental, reconhecendo os indivíduos com transtornos psiquiátricos como cidadãos plenos de direitos. Com esta mudança, buscou-se diminuir as internações e realizar uma abordagem mais humanizada e inclusiva para aqueles acometidos por doença mental.

Apesar dos avanços, ainda é necessário fomentar uma crítica profunda aos mecanismos de controle social que ainda perpetuam a exclusão e a violência contra os rotulados como “loucos”. Este desafio envolve não apenas repensar, mas também desconstruir as narrativas preconceituosas.

## 2.2 A INIMPUTABILIDADE PENAL

Uma das proposições que permeia os estudos no campo do Direito Penal é o conceito da inimputabilidade penal. Para adentrar no contexto de patologia mental a partir da ideia de o agente cometer um ato ilícito, é necessário esclarecer o estudo da culpabilidade e responsabilidade penal.

No âmbito da culpabilidade penal (imputabilidade), é essencial analisar a capacidade de discernimento do agente quando comete a conduta criminosa.

O conceito de imputabilidade que agora nos interessa é muito mais estrito e se refere a um dos elementos da culpabilidade. Imputabilidade, como já afirmamos, é a capacidade de culpabilidade, é a aptidão para ser culpável (WELZEL, 1970, p. 216 *apud* BITENCOURT, 2020, p. 1050).

A culpabilidade avalia o indivíduo e as condições psicológicas do agente, principalmente o comportamento desse diante as normas estabelecidas no ordenamento jurídico. Caso o agente não possua plena capacidade de entendimento acerca do ato em que praticou, sua culpabilidade pode ser questionada.

Imputabilidade é um conceito jurídico que pode ser entendido como o conjunto de condições pessoais que dão ao agente a capacidade de responder pela prática de um fato punível, ou seja, que tenha previsão legal. O inimputável aí tratado, é, por sua vez, aquele que Michel Foucault, nomeia, em seu curso no Collège de France (1974), de 'anormal', indivíduo a ser corrigido pela psiquiatria e pelo sistema penal. (MOREIRA; FUKS, 2018, p. 512).

A partir dessa concepção, não se deve confundir a responsabilidade penal com imputabilidade, sendo a responsabilidade o princípio em que a pessoa dotada de plena capacidade responde pelos seus atos (Bitencourt, 2020, n.p.). Além disso:

Como afirma Muñoz Conde, “quem carece desta capacidade, por não ter maturidade suficiente, ou por sofrer de graves alterações psíquicas, não pode ser declarado culpado e, por conseguinte, não pode ser responsável penalmente pelos seus atos, por mais que sejam típicos e antijurídicos”. (CONDE, 1988, p. 137 *apud* BITENCOURT, 2020, p. 1050).

Ao adentrar nesse quesito, aborda-se as excludentes de culpabilidade, chamada enquanto categoria de inimputabilidade ou culpabilidade diminuída.



De acordo com o artigo 26 do Código Penal, o agente inimputável - que por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, ao tempo da ação ou omissão, incapaz de entender a ilicitude do fato cometido - deve ser isento de pena. Dessa maneira, a inimputabilidade se caracteriza com três requisitos: “biológico (a causa, ou seja, a doença mental etc.), psicológico (o efeito, isto é, a supressão das capacidades de entendimento ou autodeterminação) e temporal (ocorrência dos requisitos anteriores no exato momento da conduta)” (TJDFT, 2021).

No ordenamento jurídico é estabelecido que a inimputabilidade não pode ser presumida, sendo provada por meio de perícia. O Código Penal adota o sistema biopsicológico que combina dois elementos: se o agente, no momento da ação/omissão, era portador de doença ou desenvolvimento mental, e, caso afirmativo, verifica-se o agente tinha capacidade de entender o caráter ilícito do fato. Este dispositivo dispõe em seu parágrafo único a possibilidade de redução da pena caso o agente, ao tempo da ação, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato em razão de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento incompleto ou retardado.

Importante salientar que o referido artigo “concentra-se em fixar as causas da exclusão da imputabilidade penal, mas não o seu conceito, abrindo espaço para diversas investigações e discussões sobre quais seriam os elementos e critérios para apuração da dita inimputabilidade” (MOREIRA; FUKS, 2018, p. 512).

O agente inimputável, ao cometer uma conduta ilícita, é submetido a uma forma específica de sanção penal: a medida de segurança. Nesse contexto, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça enfatiza que essa medida é adotada com o objetivo de tratamento e proteção, resultando em uma restrição de liberdade. Para a doutrina isso se chama de absolvição imprópria. Isso significa que embora o agente seja considerado inimputável e, portanto, não possa receber determinada condenação, ele é conhecido como autor daquele ato ilícito e em consequência o agente é encaminhado para internação psiquiátrica ou tratamento ambulatorial para receber tratamento adequado, visando sua recuperação.

É portando através dos chamados laudos de periculosidade e de sanidade mental que o psiquiatra forense define quem é ‘anormal’ e quem é ‘normal’, produzindo, assim, a categoria de indivíduos que o Direito designou como inimputáveis. Desse modo, ao designar quem tem sanidade mental e quem

apresenta periculosidade, os laudos psiquiátricos servem como um sistema de referência para os operadores do Direito, no procedimento judicial. (MOREIRA; FUKS, 2018, p. 513).

A inimizabilidade penal trata-se de um elemento da culpabilidade, de modo em que através da culpabilidade recai a conduta típica e ilícita, onde será possível culpar ou punir determinado agente pela prática de um crime.

Em suma, a inimizabilidade levanta questões éticas e morais, como a proteção e a garantia dos direitos individuais da pessoa humana, além de exigir uma abordagem cuidadosa por parte do sistema, tal como ter profissionais qualificados como psiquiatras e psicólogos forenses, a fim de realizar uma decisão fundamentada perante o Judiciário. Desta forma, a inimizabilidade visa promover a dignidade e a reabilitação dos agentes inimizáveis, contribuindo para um sistema mais equânime.

### **3 IMPACTO DA LEI ANTIMANICOMIAL E RESOLUÇÃO DO CNJ 487/2023 EM CASOS DE INIMIZABILIDADE**

No âmbito penal, com base na Lei Antimanicomial, houve um direcionamento no que tange ao aspecto da imputabilidade à saúde mental, estabelecendo a partir de então diretrizes legais ligadas à internação de determinado indivíduo. A lei instituiu em seu texto um modelo de saúde mental em que se visa proteger os direitos dos indivíduos acometidos de transtorno mental, salientando que o Estado é responsável pelo desenvolvimento da política de saúde mental, bem como pela assistência e promoções de ações aos portadores destes transtornos, contando ainda com a participação social e familiar, sendo prestada essa assistência através de estabelecimentos psiquiátricos como instituições ou unidades, não asilares, com a finalidade permanente de reinserção social do indivíduo em seu meio.

A lei aborda que a internação psiquiátrica será realizada mediante um laudo médico que caracterize seus motivos.

Para Foucault (2019, p. 141),

Os poderes de decisão são entregues ao juízo médico: apenas ele nos introduz no mundo da loucura. Apenas ele permite que se distingam o normal do insano, o criminoso do alienado irresponsável. Ora, a prática do internamento está estruturada segundo um outro tipo: de modo algum ela se pauta por uma decisão médica.

Contudo, há de ressaltar, mais recentemente, também que

depois da entrada em vigor da Res/CNJ 487/23 (em 27 de maio de 2023), o conteúdo histórico real desses vinte e dois anos de negativa de eficácia da Lei 10.216/2001 configura um resultado terrível: milhares de intermináveis torturas psíquicas, ou de agressões físicas, ou de doenças dolorosas, ou de lágrimas sentidas, de desespero, solidão, loucura e morte legalmente evitáveis, ocorreram todos os dias nos asilares, opressivos, violentos e ilegais HCTPs, os ainda atuais manicômios judiciais brasileiros. A produção diária desse sofrimento atroz, dessa barbárie inútil, dessa destruição lenta de seres humanos sensíveis e afetuosos, apenas portadores de transtorno mental ou de deficiência psicossocial, confinados no ambiente patológico desses hospitais de mera custódia e nenhum tratamento psiquiátrico, deverá pesar na consciência de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, advogados criminais, promotores de justiça, juizes de Direito e autoridades do Estado, em geral, todos mais ou menos responsáveis pela imensa desumanidade contra cidadãos incapazes de se defender de uma agressão oficial programada, desnecessária e cruel. A pesquisa criminológica futura mostrará a extensão da culpa dos atores da justiça criminal brasileira pelo trágico destino de inimputáveis autores de crimes internados nessas instituições sepulcrais (IBCCRIM, 2023, p. 2).

Ou seja, a edição da Resolução n.º 487/2023 propiciou um momento de mudanças, pois como anteriormente ocorreram muitas torturas, agressões físicas e psicológicas, mortes e sofrimento aos indivíduos que enfrentaram os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs), conhecidas também como os manicômios brasileiros, sendo prisioneiros pelo poder do próprio sistema que impôs condições rotuladas como humanizadas, porém pessoas que se encontravam nestes locais, não tinham sequer um tratamento adequado, de modo que

A problemática ainda paira sobre todos, fazendo-se necessário outros avanços que devem contar com a atenção constante da sociedade e do Estado. [...] Por mais que se tenha observado um considerável avanço, outras faces do problema permanecem, ensejando que sejam essas facetas conhecidas, difundidas, problematizadas e debatidas com o fito de serem dirimidas (MATHIAS; TAPOROSKY FILHO, 2021, p. 18).

Com a implementação da Resolução CNJ n.º 487/2023 que institui a política antimanicomial, o método multidisciplinar tem como objetivo a saúde mental no âmbito do poder judiciário para fomentar a mudança e desconstrução de estigmas culturais existentes. Esta política visa a garantia dos direitos fundamentais dos agentes inimputáveis, promovendo a desinstitucionalização dos chamados “manicômios” e buscando a reintegração desses agentes na sociedade.

### 3.1 ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS NORMATIVAS NAS ABORDAGENS E TRATAMENTOS DE AGENTES CONSIDERADOS INIMPUTÁVEIS

A nova política estabeleceu um tratamento para as pessoas com transtornos mentais ou qualquer forma de deficiência psicossocial que estejam custodiadas, investigadas, réis ou privadas de sua liberdade, conforme dispõe o art. 1º.

Definiu também diretrizes da política antimanicomial das audiências de custódia (Art. 4º), assim como estabeleceu a necessidade de tratamento em saúde mental no curso de prisão preventiva ou medida cautelar (Art. 9º e 10), bem como disciplinou que na sentença criminal que imponha medida de segurança, a autoridade judicial determinará a modalidade mais indicada para o tratamento de saúde do indivíduo acusado, sendo considerado a avaliação biopsicossocial e demais exames realizados na fase instrutória, sendo indispensável que a autoridade judicial em suas decisões dê importância aos pareceres das equipes multiprofissionais.

O art. 12 da resolução priorizou o tratamento ambulatorial para as pessoas com transtornos mentais ou deficiência psicossocial. Determinou também que a medida de internação ocorrerá em hipóteses excepcionais, quando realmente não suficientes outras medidas cautelares diversas da prisão, desde que prescritas por equipe de saúde.

A internação será cumprida em leito de saúde mental em Hospital Geral ou em outro local de saúde referenciado. A autoridade judiciária deve impedir a internação em unidades prisionais, ainda que em enfermarias, inclusive que nenhuma pessoa seja submetida a internação em instituições de caráter asilares - HCTPs.

Institui ainda em seu art. 15 o tratamento em saúde mental no curso da execução da pena, ou seja, a pessoa que necessitar de tratamento, a autoridade judicial avaliará a necessidade e adequação da prisão em atenção à saúde para início ou continuidade do tratamento. E ainda, principalmente, foi elencado um prazo para a desinstitucionalização dos Hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. Isso significa que a autoridade judicial revisará os processos com a finalidade de avaliar a possibilidade de extinção da medida em curso, bem como a progressão para o tratamento ambulatorial em regime aberto ou transferência para estabelecimento de saúde adequado que atendam as diretrizes desta resolução – art. 16.

Uma vez que a nova política seja introduzida, substitui-se o exame psiquiátrico feito por perito por informações sobre o atendimento e tratamento do indivíduo. O incidente de sanidade mental agora é considerado como prova pericial constituída em favor da defesa. É crucial considerar os seguintes aspectos: os pareceres das equipes multiprofissionais e a decisão da autoridade judicial em relação a modalidade mais indicada ao tratamento de saúde, para compreender essa nova política.

Assim sendo, abe pontuar que:

A Resolução CNJ 487/2023 representa extraordinário avanço no tratamento e na reabilitação psicossocial de um significativo número de pessoas, que atualmente sofrem diuturnamente a violência e o abandono que marcam a realidade dos pacientes manicomializados. Vale lembrar que a lei 9.455/1997 caracteriza como tortura a exposição de pessoa em ‘medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei’. Também a lei 13.869/2019 considera abuso de autoridade o prolongamento injustificado de medida de segurança ou de internação. O fornecimento de tratamento psicossocial adequado ao paciente judiciário é direito incontestável, integrante do fundamento da dignidade humana, imposto pela legislação interna e internacional (IBCCRIM, 2023, p. 2).

Além disso, a resolução busca aprimorar a compreensão da lei antimanicomial. Com isso, o novo sistema antimanicomial prioriza o tratamento ambulatorial, limitando as internações psiquiátricas a penas em casos necessários. Assim, a medida de segurança de internação é vista como exceção nessa nova política, destacando a mudança de enfoque em relação as instituições de caráter psiquiátrico para com os inimputáveis, buscando alternativas melhores para que durante o curso da execução da pena.

#### **4 REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA NA LITERATURA E OS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: UM DIÁLOGO ENTRE MACHADO DE ASSIS E DANIELA ARBEX**

Ao considerar a temática tratada, vem-se à tona o livro-reportagem Holocausto Brasileiro, de Daniela Arbex, que expõe o centro psiquiátrico de Barbacena, localizado no Estado de Minas Gerais, centro este conhecido por Colônia, fundado em 1903, anterior a lei que embasa este estudo, porém, reflete de maneira significativa em nosso sistema judiciário e social.

O Colônia retrata o sofrimento de homens, mulheres e crianças que embarcaram no “trem de loucos”, pacientes que não tinham um diagnóstico de doença mental. Porém, boa parte destes foram internados à força, simplesmente pelo fato de que havia se tornado um incômodo para aqueles que obtinham poder, ou seja, estas pessoas não eram relevantes para o Estado.

Como bem salienta o trecho do livro-reportagem, “Como pessoas, não mais como corpos sem palavras, eles, que foram chamados de doidos, denunciaram a loucura dos normais” (ARBEX, 2019, p. 31), isto é, uma reflexão das atitudes do Estado desde aquela época, indivíduos tratados como propriedade, sem diagnóstico, muitos deles apenas por serem filhos da pobreza, por sentirem tristeza, foram jogados neste lugar por serem diferentes ou por algum motivo de ameaça à ordem.

Tem-se como ponto de reflexão possível ainda a notável obra de Machado de Assis, “O Alienista”, que está inserida neste cenário de sanidade e loucura. A história gira em torno de Simão Bacamarte, médico e cientista dedicado ao estudo da ciência. Seu principal objetivo era estudar a conduta normal e aquela que indica algum sinal de loucura e descobrir a causa deste fenômeno. Para tanto, foi construída a Casa Verde, um asilo para os loucos, onde eram alocados os furiosos, os mansos, os monomaníacos, citado na história como uma família dos deserdados, ali deixados à beira de uma experiência para compreender quem era o normal e o anormal. A obra proporciona a seguinte reflexão crítica: “se tantos homens em que supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?”, ou seja, quem sustenta que o alienista não é o louco da história ou ainda, será que não é sociedade que se encontra resistente e alienada?

Assim,

Simão Bacamarte exercita a produção da loucura - e é isso que está em cena. Gera os loucos antes inexistentes, decreta normas que incluem ou excluem certos indivíduos do continente da loucura. Ao final se imagina o único capaz de sofrer e conhecer a loucura. Teoria e prática. Experiência e vida (GOMES, 1993, p. 151).

A ausência de voz, a impotência do sistema estatal diante situações como a história de Barbacena e na literatura, a loucura sendo usada para justificar as torturas, a precariedade, a restrição de liberdade, indivíduos que ficaram à mercê da violência injustificável devido ao espírito de ganância.

Todo este contexto suscita uma reflexão sobre a Lei Antimanicomial e a resolução do CNJ n. 487/2023 para a adoção de uma nova política antimanicomial vem para quebrar paradigmas existentes, bem como estabelecer diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Antimanicomial no âmbito do processo penal.

Ainda, historicamente os hospitais manicomiais ou até mesmo as unidades prisionais comuns mostram a invisibilidade, o silenciamento, a violação dos direitos da população com transtorno mental, ocorrendo um isolamento que impede o acesso ao tratamento adequado, muitas vezes deixando estes indivíduos abandonados nestes locais. O próprio sistema judiciário é ausente ao deixar de realizar os ritos processuais de maneira célere quando se trata de casos de agentes inimputáveis.

Nesse sentido, expondo aquela que seria a função do hospital psiquiátrico do século XIX, Foucault (2015, p. 203) destaca que se tratava de:

lugar diagnóstico e de classificação, retângulo botânico onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas também espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão. O grande médico do asilo [...] é ao mesmo tempo aquele que pode dizer a verdade da doença pelo saber que dela tem, e aquele que pode produzir a doença em sua verdade e submetê-la, na realidade, pelo poder que sua vontade exerce sobre o próprio doente.

Esse perfil típico é o que é observado na ficção machadiana, personificado o “grande médico do asilo” no personagem de Simão Bacamarte.

Rememoram-se os dados do Censo Nacional de 2011 sobre a custódia e o tratamento psiquiátrico, publicado em 2013:

Os dezoito indivíduos anônimos e abandonados nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico representam 0,5% da população do censo, o que poderia oferecer um falso alento àqueles que acreditam que o sistema é justo ou necessário à defesa social. Há, no entanto, outro grupo que desafia essa tese: são os 606 indivíduos internados há mais tempo do que a pena máxima em abstrato (DINIZ, p. 13-14, 2013).

Partindo da premissa da aplicação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, observa-se a abrangência dessa política que inclui indivíduos com transtornos mentais, inclusive aqueles em conflito com a lei, e reconhece o acesso à saúde como um direito a ser perseguido de forma incansável por todos.

Assim, para alcançar o objetivo desta política, é importante estabelecer uma comunicação contínua entre os órgãos do sistema judiciário e os serviços à saúde e assistência social, a fim de garantir a prestação de cuidados de forma abrangente, sendo uma obrigação dos órgãos compreenderem suas responsabilidades para assegurar que estes indivíduos tenham acesso aos tratamentos certos conforme a sua necessidade, garantindo-lhes o mínimo que é os seus direitos fundamentais preservados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão da loucura possui implicações diversas em diferentes meios nos quais o tema é enfrentado. Para muito além daquilo que o senso comum define em linhas gerais, a atribuição da condição de louco para alguém enseja em repercussões significativas nas mais diversas áreas e âmbitos sociais, tendo-se consequências a partir desse efeito causado pela classificação.

No caso do direito não é diferente, pois ao se estabelecer determinado sujeito como louco fosse, implicações jurídicas desse ato surgem com consequências diretas no trato da questão discutida em juízo.

No direito penal a questão possui relevância diante do fato de que ao se considerar o louco enquanto tal, a responsabilização jurídica por determinado ato ilícito praticado será diversa daquele que incorre na mesma conduta mas é considerado são. Diz-se do inimputável, termo que designa aquele sujeito que pratica o injusto penal sem possuir a total compreensão sobre o caráter ilícito da sua conduta, situação em que, conforme prevê o código, será isento de pena.

O fenômeno da loucura enquanto algo que se designa por alguém e contra alguém foi um dos temas analisados em seu aspecto histórico por Foucault, tratando-se de uma corrente de pensamento que contribui para se observar criticamente a forma com a qual o termo é utilizado e se opera no âmbito do direito penal, de modo que as implicações dessa análise decorrentes merecem uma atenta observância para além da dogmática pura.

A obra de Machado de Assis, “O Alienista”, bem ilustra a situação aqui apontada, tratando-se o personagem de um exemplo concreto sobre a problemática



que permeia o fenômeno da classificação do outro enquanto louco – ou ainda, no caso do direito penal, enquanto imputável.

Diante de todo o exposto e com base nas exposições conclusivas acima, entende-se que ao se pensar determinado tema, como o da loucura na seara jurídico-penal, a abordagem que leva em conta mais de uma vertente ou matéria resulta em uma análise mais expansiva, de forma que o conteúdo mais holístico observado permite que o problema estudado seja visto por outra ótica e de forma mais profunda. No caso, ao se relacionar o direito com a literatura – a partir de recortes específicos – para uma análise crítica da questão da loucura em suas implicações sociais diante da forma como costuma ser tratada, tem-se um resultado proveitoso que permite um olhar mais atento sobre a problemática.

## REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1. ed. atual. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

ASSIS, Machado. **O Alienista**. 1.ed. São Paulo: Lafonte, 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto **Tratado de direito penal**: parte geral, volume 1. 26.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 487**, de 15 de fevereiro de 2023. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília: Presidência da República, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

BRASIL. **Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **A aplicação das medidas de segurança sob o crivo do STJ**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/03042022-A-aplicacao-das-medidas-de-seguranca-sob-o-crivo-do-STJ.aspx#:~:text=A%20inimputabilidade%20decorre%20de%20doen%C3%A7a,como%20inimput%C3%A1veis%20ou%20semi%2Dinimput%C3%A1veis>. Acesso em: 24. mar. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Imputabilidade. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado**. Brasília: TJDF, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/imputabilidade/doenca-mental-ou-desenvolvimento-mental-incompleto-ou-retardado>. Acesso em: 24 mar. 2024

DINIZ, Debora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil**: censo 2011. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia (1954)**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 11 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOMES, Roberto. O Alienista: loucura, poder e ciência. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 145-160, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84953>. Acesso em: 23 mar. 2024.

IBCCRIM. A política antimanicomial do poder judiciário: a resolução CNJ 487/2023 e a adequação das medidas de segurança à legalidade e à dignidade humana. **Boletim IBCCRIM**, v. 31, n. 367, 2023. Disponível em: [https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/587](https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/587). Acesso em: 23 mar. 2024.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 12, n. 2, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>.

MATHIAS, Thainá Carolina; TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. Da desassistência à conquista de direitos: breve abordagem da legislação brasileira sobre pessoas portadoras de sofrimento mental. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 8, n. 01, e336, jan./jun. 2021. Doi: <https://doi.org/10.29293/rdfg.v8i01.336>.

MOREIRA, G. F.; FUKS, B. B. “Bárbara-Cena”: da imputabilidade penal à responsabilização subjetiva do criminoso psicótico. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 21, n. 3, p. 511-524. 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n3p511.6>.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A lei antimanicomial: um modelo revolucionário de saúde mental. **Boletim IBCCRIM**, v. 31, n. 373, [s.d.]. Doi: 10.5281/zenodo.10186062.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**: parte geral. 5.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

SANTOS, Silvana Maria Pantoja. Direito e literatura: perspectiva transdisciplinar na abordagem de temas sociais e jurídicos. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 1, n. 1, p. 27–34, 2012. Doi: 10.17564/2316-381X.2012v1n1p27-34.